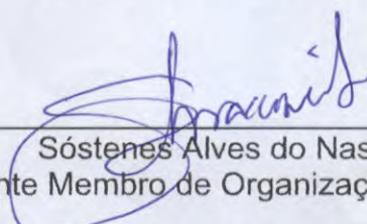
  
Publicado no site da prefeitura  
Municipal  
18/10/2024  
Secretaria municipal de  
Comunicação

**ATA Nº 01/2024**  
**Reunião Ordinária**

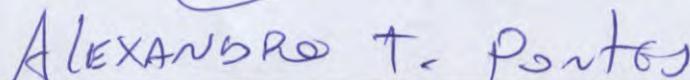
\* Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS do FUNDEB – de Santo Antônio do Descoberto – Goiás reuniram-se de forma presencial na Sede do CACS do FUNDEB, localizada à Quadra seis lote dezoito, Avenida Goiás, em Santo Antônio do Descoberto – Goiás, a fim de participarem de uma reunião ordinária para análise de balancetes financeiros referente aos meses de julho a dezembro de dois mil e vinte e três. Não houve representatividade nos seguintes segmentos: Representantes Membros da Secretaria Municipal de Educação, dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública, dos Estudantes da Educação Básica Pública e das Escolas do Campo. Os conselheiros Ana Cácia dos Santos Amaral e Alessandra Regina do Nascimento apresentaram justificativas antecipadas para suas ausências na reunião. O Presidente Sóstenes Alves do Nascimento deu início à reunião dando as boas vindas a todos. Convidou para uma oração coletiva, e deu início à reunião. O presidente e os conselheiros foram tratando de vários assuntos pertinentes ao CACS. Inicialmente, foi feita a leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada e assinada pelos presentes. Após isso, o presidente e os conselheiros foram tratando de vários assuntos pertinentes ao CACS. Primeiramente, o pagamento do piso salarial, pois os salários estão defasados há muitos anos. Discutiu-se os diversos motivos alegados para o não pagamento do piso, incluindo a quantidade excessiva de recursos jurídicos; o quanto isso contribui para o déficit de professores no município apesar de eles serem bem qualificados, problemática essa que nem o processo seletivo consegue suprir, pois os professores preferem migrar para outros municípios que já pagam o piso. Logo após, iniciou-se a discussão sobre a importância e a necessidade de especificação do cálculo da pós graduação no contracheque dos servidores, a fim de aumentar a clareza e evitar qualquer tipo de erro de cálculo nos vencimentos ou lesão de seus direitos, especialmente se a não especificação estiver causando a impressão de que o piso já está sendo pago. Sobre a previsão de concurso público, comentou-se sobre a urgente necessidade do mesmo, a fim de minimizar o impacto da grande quantidade de servidores contratos na questão da previdência, afetando os servidores que se aposentarão mais à frente. O presidente sugeriu que o CACS montasse uma comissão a fim de conversar com o Secretário de Educação sobre estas e outras necessidades do funcionalismo, e de comum acordo foram escolhidos os seguintes conselheiros: Gregório Robson Camelo Teixeira Maciel, representante membro dos Diretores das Escolas Básicas Públicas Municipais; Shirley Alves de Oliveira, representante membro dos Professores da Educação Básica Pública; Márcio José Frinhani, representante membro do Conselho Municipal de Educação; o presidente Sóstenes Alves do Nascimento, representante membro de Organizações da Sociedade Civil, e a servidora Ana Maria Mantzos, secretária do CACS. Ficou combinado que em breve esses conselheiros se reuniram para discutir qual a pauta a ser tratada. Sugeriu também a formação de outra comissão para fazerem uma visita ao SADPREV para tratarem da questão da previdência, e esta segunda comissão seria formada mais à frente, após a reunião com o Secretário de Educação. Após isso, deu-se início à análise

de balancetes, via relatório. Um a um eles foram sendo analisados, e os conselheiros demonstraram um desejo de analisar com mais apuro o balancete referente a dezembro, levando-se em conta que todos haviam sido muito pressionados a informar aos servidores sobre a possibilidade do pagamento de um rateio, o que acabou não acontecendo. Muitas dúvidas foram levantadas, visto que o pagamento dos servidores ocorreu antes do término do mês (no dia dezenove de dezembro), e queriam saber como havia sido utilizada a verba que entrou até o final do mês após essa data, ou como ela havia sido reprogramada, e no que havia sido gasta. Então a presença do servidor José Roberto Gomes Leite, do Departamento de Prestação de Contas foi solicitada para auxiliar no esclarecimento de dúvidas. Logo de início ele foi convidado a fazer uma capacitação com os conselheiros, a fim de auxiliar na parte burocrática e técnica dos balancetes. Os conselheiros fizeram muitas perguntas sobre gastos gerais e especificamente os que são ocorridos em dezembro. Resumidamente, o servidor Roberto esclareceu que: na virada do ano, a conta não precisa estar zerada mas que o valor que resta nela não pode ultrapassar os dez por cento, valor esse que tem que ser gasto até abril, e que não há obrigatoriedade de ser transformada em rateio; que o rateio só é obrigatório quando não alcançar o mínimo na lei, que é o setenta por cento, que de acordo com a nova lei tem que ser aplicado com os efetivos, englobando toda a educação, e não apenas professores. Os conselheiros demonstraram a insatisfação com a situação do piso nacional, pois ainda estão recebendo o piso de dois mil e dezenove, recebendo apenas reajustes salariais, estando inclusive sem plano de cargos e salários para que seja feita essa adequação, gerando desestímulo e até um número de contratos superior ao de efetivos em algumas escolas. O servidor Roberto esclareceu que essa não era a área dele, então ele não poderia informar sobre a questão. Após os esclarecimentos do servidor Roberto, o mesmo despediu-se e a análise foi encerrada. O Presidente solicitou a opinião de todos com relação ao final da análise, e todos concordaram com a aprovação. Portanto, o resultado final da análise realizada na reunião foi: Balancetes financeiros dos meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de dois mil e vinte e três aprovados por unanimidade. Os conselheiros então passaram a fazer a assinatura das certidões referentes à análise. Terminada a pauta, o presidente deu por encerrada a reunião, agradeceu mais uma vez a presença de todos e despediu-se. Nada mais havendo a acrescentar, eu, Ana Maria Mantzos, secretária, lavrei a presente ata, que segue assinada pelos presentes.

Santo Antônio do Descoberto-GO, 08 de fevereiro de 2024.

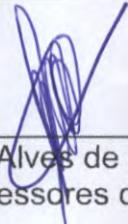


Sóstenes Alves do Nascimento  
Representante Membro de Organizações da Sociedade Civil

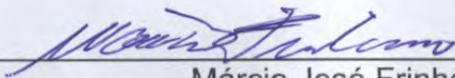


ALEXANDRO T. Pontes

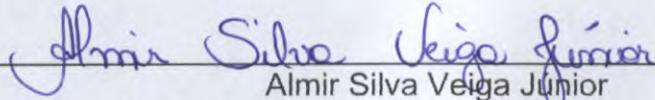
Alexandro Teotônio Pontes  
Representante Membro do Poder Executivo



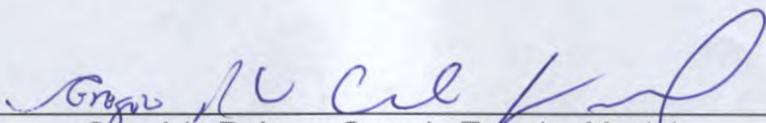
Shirley Alves de Oliveira  
Representante Membro do dos Professores da Educação Básica Pública



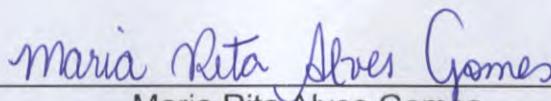
Márcio José Frinhani  
Representante Membro do Conselho Municipal de Educação



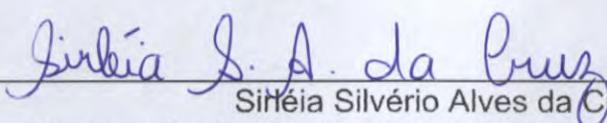
Almir Silva Veiga Júnior  
Representante Membro do Conselho Tutelar



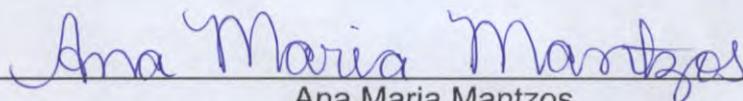
Gregório Robson Camelo Teixeira Maciel  
Representante Membro dos Diretores das Escolas Básicas Públicas



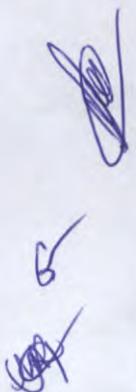
Maria Rita Alves Gomes  
Representante Membro dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Básicas Públicas



Sirléia Silvério Alves da Cruz  
Representante Membro dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública



Ana Maria Mantzos  
Secretária do CACS do FUNDEB





SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO – GO  
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

---

4

---

José Roberto Gomes Leite  
Departamento de Prestação de Contas